



**III SRCCC**  
Seminário Regional  
Comércio, Consumo e Cultura  
nas cidades  
Sobral-CE, 19 a 22 de junho de 2017

## **TRABALHO E MOBILIDADE NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO: BREVES CONSIDERAÇÕES**

Profa. Dra. Glauciana Alves Teles<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este artigo discute questões relacionadas ao mundo trabalho, sua essência e transformações advindas com a expansão geográfica do capital sobre o Globo. Nesse contexto enfocamos a mobilidade da força de trabalho como um fenômeno marcante quando analisamos um recorte espacial, haja vista que o processo de Globalização, tem afetado a mobilidade de mercadorias e, sobretudo de pessoas, facilitadas pelo desenvolvimento de transportes e comunicação. Assim, a mobilidade da força de trabalho, fenômeno intrínseco à produção capitalista do espaço, adquire novos conteúdos e nos mais diversos espaços, especialmente nas cidades, unidos por um viés comum: a sua expansão geográfica cada vez mais aliada a expansão do capital.

**PALAVRAS CHAVES:** Trabalho. Mobilidade da força de trabalho. Produção do espaço. Globalização.

### **As mudanças no mundo do trabalho no contexto recente de expansão geográfica do capital.**

A acumulação capitalista no contexto contemporâneo da globalização provoca mutações no mundo do trabalho, tanto nos países centrais e, sobretudo, nos periféricos, reveladas no processo produtivo e nas relações de produção. O trabalho assume um novo papel como forma de expansão geográfica do capital e mobilização da força de trabalho sobre o Globo. Isso implica assinalar que o trabalho, importante elemento no entendimento da produção do espaço, assume, ao longo da história, novas formas de materialidade, implicando também novas formas de subjetividade.

---

<sup>1</sup> Doutora em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia – PROPGEIO da Universidade Estadual do Ceará, Professora Substituta dos cursos de Geografia da UECE e Pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade – LEURC/UECE. Integra o grupo de pesquisa Metropolização, Mobilidades e Redes: perceptivas sobre a produção do espaço cadastrado no CNPQ e liderado pela Profa. Dra. Zenilde Baima Amora.

O trabalho se constitui um dos temas mais discutidos na atualidade, embora já venha se constituindo, desde muito tempo, em interesse de estudo das ciências sociais. Autores como Engels (2004) e Marx (1985) foram os percussores da discussão sobre esse conceito, todavia suas obras serviram de base para o pensamento de autores contemporâneos como Harvey (2005), Meszáros (2001), Lukács (2013), Antunes (2009), dentre outros, cujas reflexões procuram compreender o trabalho no contexto das mudanças econômicas, políticas e sociais no âmbito das determinações históricas.

Engels, ainda no século XIX, escreve que o trabalho “[...] é condição básica e fundamental para toda vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. (2004, p. 13). É por meio do trabalho que o homem se diferencia dos animais, expondo sua capacidade intelectual de transformar e dominar a natureza por meio de relações sociais entre ele e a natureza e entre ele e outros homens. Marx (1985), na mesma linha de análise, destaca que o trabalho:

[...] é antes de tudo um processo entre Homem e Natureza, em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. É o momento em que ele mesmo se defronta com a matéria prima natural como uma força natural e põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida [...] (MARX, 1985, p. 149).

O trabalho constitui assim, na perspectiva marxista, o intermédio entre homem e natureza que se realiza por meio do trabalho e que ao modificar a natureza, o homem modifica a si mesmo. Esse processo é contínuo e evolui ao longo da história das sociedades. Os elementos presentes nessa relação podem ser entendidos como o uso da natureza, transformada pelo trabalho humano em coisas, meios ou instrumentos no âmbito de uma relação dialética. Nessa relação, o homem constrói sua natureza interna e ao mesmo tempo, sua relação externa, na relação com outros homens numa realidade do qual é partícipe.

O trabalho foi considerado desde sempre uma característica exclusiva dos homens, como a base das relações mais primitivas às relações mais complexas entre ele (o homem) e a natureza. Numa passagem de sua obra, Marx lança essa ideia, ao acentuar que

[...] uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo na sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na cabeça do trabalhador, e por tanto idealmente (1985, p. 149-150).

De acordo com ideia exposta na citação, em linhas gerais, o que difere os homens e animais é o processo de trabalho, na medida em que os primeiros o planejam em pensamento, no plano ideológico em Marx e Lukács, pré-ideação, aquilo que vão transformar no âmbito material. Sem o planejamento, não há um fim para o uso de sua força de trabalho na transformação da Natureza em objetos para seu uso. Desse modo, as atividades orientadas a um fim, anteriormente planejadas, se configuram como um dos elementos do processo de trabalho.

Marx (1985) considera que o trabalho, em seu sentido ontológico<sup>2</sup>, carrega consigo alguns elementos que lhe pertencem, exclusivamente, e que estabelece a diversidade quando se considera a mediação dos seres humanos relativamente à natureza em seu sentido mais primitivo, ante as outras formas de medições. Assim, Marx considera como elementos do trabalho os objetos de trabalho e os meios de trabalho. Os primeiros, segundo o autor, consistem em toda fonte de subsistência, extraída diretamente da natureza, a exemplo da terra e da água, e a matéria-prima, que considera ser um objeto de trabalho trazendo agregado algum tipo de trabalho, como a força que o tirou de sua origem. Já os meios de trabalho, constituem uma coisa ou complexo de coisas que o trabalhador coloca em si mesmo para facilitar sua relação com os objetos de trabalho. Os meios de trabalho desenvolvidos ao longo da história são importantes elementos para se caracterizar os avanços técnicos das sociedades, pois distinguem as épocas econômicas, bem como o grau de desenvolvimento da força de trabalho humana de cada sociedade e as condições sociais pelas quais se trabalha (Marx, 1985).

Importante destacar o fato de que os elementos do trabalho, de um modo geral, consistem numa relação de ponto de vista e articulam os objetos e meios de trabalho. Segundo Marx, “[...] o mesmo produto do trabalho pode servir de meios de trabalhos, ou matérias primas. Um produto que existe numa forma pronta pode voltar a ser matéria prima e entrar novamente no processo de trabalho”. Para que isso aconteça, “vai depender da função de terminada pelo produto do trabalho no processo de trabalho que o trate como um meio de subsistência ou um meio de trabalho”. (MARX, 1985, p. 152).

No que refere ao processo de trabalho, Marx (1985) assinala que conta com todas as condições objetivas que são exigidas para sua realização, se extinguindo no produto que é um valor de uso. O processo de trabalho é assim uma atividade orientada a um fim para produzir

---

<sup>2</sup> De acordo com Chauí (2003), na Filosofia, o termo Ontologia possui origem na Metafísica. Segundo a autora, a palavra ontologia é formada por outras duas: *onto* que significa “Ser” e *logia*, estudo ou conhecimento. Em linhas gerais, ainda com base nas palavras de Chauí, a Ontologia significa “estudo ou conhecimento do ser, dos entes e das coisas tal como são em si mesmas, real e verdadeiramente, isto é: o ser enquanto ser”. (CHAUÍ, 2003, p. 183).

valores de uso. Acrescenta ainda que é uma apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, resultado do metabolismo entre homem e natureza, condição natural eterna da vida humana, ou seja, a relação entre inorgânico-orgânico-social. Os mecanismos empregados ao longo do processo de trabalho são submetidos a formas e processos de dominação diferenciados ao longo da história (trabalho escravo e trabalho servil, por exemplo), todavia, os mecanismos aplicados pelas mediações de controle metabólico do capital são singulares. É no modo de produção capitalista que o trabalho passa a assumir um grau de dominação singular, como antes não visto, quando submetido ao controle metabólico do capital.

É nessa linha de entendimento que encontramos em Mészáros, importantes contribuições para a compreensão de como o trabalho é sujeito de transformações à luz dos processos capitalista de produção. É sob o modo de produção capitalista que o trabalho é capturado, passando a estabelecer uma relação de aprisionamento, subordinando-o às regras impostas por esse modo de produção.

Antunes na apresentação da obra *Para Além do Capital* (2011) esclarece que ao tratar da relação de subordinação do trabalho ao capital no decurso da história, Mészáros discorre sobre as características do sistema do capital e o denomina de “sistema de sociometabolismo do capital” afirmando que este “é mais poderoso e abrangente, tendo núcleo constitutivo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado” (2011, p. 16).

Mészáros (2011) lança algumas premissas importantes para se entender o sistema do capital em um período mais recente, considerando-o como resultado de um sistema de mediações evidenciadas ao longo da história. Para o autor, as condições contemporâneas atuantes no sistema de capital resultam de um processo historicamente constituído, onde prevalece a divisão hierárquica que submete o trabalho ao capital. De tal sorte, no modo de produção capitalista que o trabalho se transforma, saindo de um estado natural de relação homem e natureza e passa a ser subordinado à expansão do capital.

Mészáros (2011) destaca, ainda, que o intercâmbio entre os seres humanos, e destes com a natureza, transformou-se na medida em que o trabalho foi capturado pelo modo de produção capitalista. Esse processo histórico de relação entre homem natureza é denominado pelo autor de “sociometabolismo do capital” e exprime na obra *Para além do capital*, importantes elementos para se compreender as transformações processadas no trabalho, quando novas determinações políticas e econômicas foram surgindo ao longo da história, implicando transformações sociais mediadas pelo trabalho.

No momento anterior ao que ele distingue como metabolismo social do capital, Mészáros destaca que a produção objetos com base em matérias primas extraídas da natureza

tinha o objetivo de suprir as necessidades imediatas dos seres humanos. Desse modo a relação fundamentada na autossuficiência humana, o trabalho, em seu sentido ontológico foi a base da relação primitiva entre homem e natureza.

Antunes (2009), com base nas ideias de Mészáros, denomina esse momento como o “sistema de mediações de primeira ordem”, cuja finalidade relaciona-se “à preservação das funções vitais para a reprodução individual e societal” (p. 21). Entre as principais características do sistema de mediação de primeira ordem, destaca

- 1) Os seres humanos são parte da natureza, devendo realizar suas necessidades elementares por meio do constante intercambio com a própria natureza;
- 2) Eles são constituídos de tal modo que não podem sobreviver como indivíduos da espécie a qual pertencem (...) baseados num intercambio sem mediações com a natureza, regulados por um comportamento instintivo determinado diretamente pela natureza, por mais complexo que esse comportamento possa ser (ANTUNES, 2009, p. 21-22).

De acordo com a citação, o sistema de mediação de primeira ordem, destacado pelo autor, evidencia como se estabeleciam as relações entre os seres humanos e a natureza, baseadas na troca para atender as necessidades primeiras de sobrevivência. Nesse momento, o comportamento instintivo direcionava as ações humanas sobre a natureza, de modo a se estabelecer uma relação harmônica, sensível e de complementaridade. As atividades cotidianas estão relacionadas também com o enfrentamento das adversidades impostas pela natureza, divisadas até então, como poder superior ao do próprio corpo. Nesse momento, prevaleciam no intercâmbio homem-natureza as determinações ontológicas fundamentais, que determinavam a reprodução das funções básicas de sobrevivência.

As mediações de primeira ordem possuem características que lhes conferem uma singularidade histórica, quando consideramos a evolução da sociedade, tendo como referência as transformações por que passa o trabalho no âmbito do intercâmbio dos homens com a natureza. Antunes (2009) considera, de um modo geral, como características desse momento, a “regulação espontânea da atividade produtiva”; a “regulação do processo de trabalho” visando a satisfação das necessidades humanas; “estabelecimento de um sistema de trocas compatíveis com as necessidades requeridas” visando aperfeiçoar os recursos naturais e produtos existentes; “organização, coordenação e controle do sistema da multiplicidade de atividades para atender um sistema de reprodução social cada vez mais complexo”, ‘alocação de recursos materiais e humanos existentes” com vistas à utilização viável dos meios de produção “em sintonia com a níveis de produtividade e limites socioeconômicos” e; “regulamentos sociais para

a totalidade dos seres sociais”, com vistas à agir em conjuntos com as demais determinações. Essas determinações, segundo o autor devem se figurar, sem a utilização de hierarquias de subordinação e determinação (2009, p. 22).

Ao longo da história outras formas de mediações foram surgindo como resultado da evolução do conhecimento, tendo como consequência a aquisição de um maior grau de controle da natureza, mediados pelo desenvolvimento técnico e social. É assim que se revelam novos modos de pensar e agir sobre o espaço e o que Mészáros (2011) chama de “sistema de mediações de segunda ordem”.

Antunes (2009), com base nas ideias de Meszàros (2011), afirma que o “sistema de mediações de segunda ordem” (p. 22-23) corresponde a um período específico da história humana em que houve a introdução de “elementos de caráter fetichizadores e alienantes de controle social metabólico”. Esse novos elementos transformaram a funcionalidade das mediações de primeira ordem e gestaram novas condições e determinantes históricos para a expansão do capital e, por conseguinte, provocaram seu metabolismo social. No segundo momento, a explicação para essa passagem está na sua finalidade essencial que é expandir o valor de troca, ou seja, a supremacia do valor de troca em relação ao valor de uso, pois na perspectiva de Antunes, “para converter o capital em propósito para a humanidade era preciso separar valor de uso e valor de troca, subordinando o primeiro ao segundo” (p. 23)

No que se refere ao sistema de mediações de segunda ordem Antunes (2009), evidencia algumas de suas características como “a separação e alienação entre trabalhador e os meios de produção”; “a imposição dessas condições objetivas e alienadas sobre os trabalhadores”, com um poder separado que exerce um mando sobre eles; “personificação do capital” como um valor egoísta e voltado para os imperativos expansionistas e; “a personificação do trabalho”, sendo esta personificação dos trabalhadores levando estes estabelecerem uma relação de dependência com o capital reduzindo-o a uma identidade de trabalho e com ações produtivas fragmentárias (p. 23-24).

Ao relacionarmos as medições de segunda ordem, com as de primeira ordem anteriormente destacadas, percebemos que as últimas foram transformadas, portanto, já se encontram em vigor sob o modo de produção capitalista. Assim, o trabalho passa por uma mutação profunda em relação aos modos de produção anteriores, pois, antes, o trabalho era visto como uma maneira de emancipação humana. Com as novas relações empreendidas sob o capitalismo, no entanto, o trabalho se faz estranhado ao homem, ou seja, alheio a sua emancipação e exterior a ele.

Cabe destacar o fato de que o momento de manifestação do modo de produção capitalista marca intensamente a transformação no intercâmbio do homem com a natureza, de modo a gerar novas determinações no âmbito do trabalho. O trabalho, agora, passa a ser um elemento definidor e mediador das relações entre os homens e destes com a natureza, não mais no sentido ontológico, mas sim como um mediador na produção de mercadorias. O trabalho, sob o capitalismo, passa a subordinar as atividades humanas a um fim: produzir mercadorias para comercializar, alterando as relações entre homens e produzindo uma divisão social inédita. A subordinação do trabalho ao capital resulta dessa divisão social do capital entendido no contexto do sistema de metabolismo social do capital. Sobre essa assunção, Harvey (2013), destaca a noção de que

[...] a real submissão do trabalho ao capital, surge quando os capitalistas começam a reorganizar o próprio processo de trabalho para obter mais valor relativo. Com isso, todo modo de produção é alterado e uma forma de produção especificamente capitalista, começa a aparecer, juntamente com as 'relações de produção correspondentes'. Em outras palavras, as relações de classe que prevalecem dentro do capitalismo em geral, agora penetram dentro do processo de trabalho por meio da reorganização das forças produtivas. (P.168).

Ao se submeter ao capital, o trabalho passa de um estágio ontológico para o entendimento de que o objetivo maior é a produção cada vez mais extensiva de valores de troca. A passagem do trabalho de estágio ontológico, para a produção de valores, marca definitivamente a história social e seu intercâmbio com a natureza. Desde então, a natureza passa a ser vista como um recurso cuja dominação e apropriação se faz com o objetivo de produzir riquezas.

Mészáros (2011) entende que a subsunção do trabalho ao capital se evidencia como o principal viés de êxito dinâmico do capital. Nas sociedades anteriores às sociedades sob o modo de produção capitalista, o valor de uso, e, portanto, as necessidades, exerciam funções reguladoras das ações e do trabalho. Já na sociedade capitalista, essa circunstância se caracteriza como limitação que constituiu obstáculo à expansão reprodutiva do capital. Desse modo, se evidencia nova concepção de trabalho, capaz de dar respaldo e viabilizar um novo sistema de metabolismo social para atender uma nova concepção de necessidade com suporte na expansão crescente dos valores de troca.

O trabalho transformado historicamente à luz do modo de produção capitalista subverteu valores essenciais à existência humana transformando-os em práticas estranhadas à sua existência abrindo um grande hiato entre homem e sua prática social. As transformações

entre os seres humanos e natureza ao longo da história implicou, sobretudo, nas transformações no universo do trabalho. É, todavia, no modo de produção capitalista que o trabalho se evidencia como categoria de análise que nos dá subsídios para entendermos os processos políticos, econômicos e sociais mediadores dessa transformação. A relação entre o capital e o trabalho erigiu-se como aquela que determinará os rumos dos sucessivos momentos de expansão capitalista, com o objetivo de acumulação de riquezas implicando a produção e reprodução da sociedade, logo, do espaço.

## **A mobilidade como componente essencial da relação capital e trabalho**

A relação capital e trabalho implica alterações na produção do espaço, isto porque é no espaço que as relações capitalistas são materializadas, seja no plano das superestruturas, seja das infraestruturas. A força de trabalho, nesse contexto, assume novos conteúdos, sendo o mais importante deles, a sua capacidade de mobilizar-se no espaço para assegurar a sua inserção no emprego, que, de posse de liberdade a vende como e onde quer. Como parte dos ajustes espaciais e do processo de globalização mais recente, a mobilidade se faz uma característica da força de trabalho, que passa a movimentar-se sobre o globo como jamais visto.

A mobilidade é um conceito, de certa forma polissêmico, e que, na sua etimologia, significa o que pode se mover, o que muda, sendo possível identificar diversos tipos de mobilidade - psíquica, social, axiológica, cultural, cognitiva etc (AMORA e GUERRA, 2005). Levy (2002, p. 7) define mobilidade como sendo a “[...] relação social ligada à mudança de lugar, isto é, como o conjunto de modalidade pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares [...]”. Com essa definição, ele chama atenção para o fato de que a mobilidade não se reduz ao mero deslocamento, e considera a mobilidade uma “relação de grande riqueza”. Knafou, outro autor estudioso do tema, salienta que

L'étude des mobilités spatiales permet à la géographie d'aborder deux questions majeures, étroitement liées. La première permet de dépasser l'évident hétérogénéité du thème en faisant l'hypothèse qu'au-delà de la diversité des formes de mobilité, il existerait un 'système des mobilités' qui gagnerait à être étudié en tant que tel. La seconde question repose sur un autre constant de base: La vocabulaire dont



nous disposons pour qualifier la variété des pratiques sociales de mobilité est obsolète<sup>3</sup>. (1998, p. 7).

Knafou chama atenção para a diversidade de formas de mobilidade e necessidade de se qualificar as práticas de mobilidades atuais. Ele expressa o desafio de pensar as múltiplas formas de mobilidade: cotidiana, semanal, anual e excepcional. Amora e Guerra (2005) referem-se também as “mobilidade raras” que envolvem deslocamento a grandes distâncias por motivações de trabalho, mas também em função das formas de luta de movimentos sociais como os fóruns sociais mundiais, regionais etc.

Estes estudos estão mais orientados para uma discussão na perspectiva do território e do espaço social, sobre o quais não nos deteremos aqui. Estas são, portanto, algumas das problemáticas postas por esses e outros autores que tratam a mobilidade na Contemporaneidade.

As reflexões postas neste artigo referem-se à mobilidade da força de trabalho, considerando-a como qualidade da acumulação também num período mais recente, envolvendo a relação capital e trabalho. Essa característica tem implicações espaciais, pois o deslocamento de pessoas no mundo por motivo de trabalho aumenta a cada dia, resultando numa complexidade escalar dos fluxos e em novas redefinições dos papéis de agentes econômicos e Estado na dinamização e condicionamento desse processo.

Embora tenhamos como ponto de partida a compreensão da mobilidade da força de trabalho no contexto da relação capital e trabalho no âmbito da globalização e reestruturação da produtiva, portanto em um período mais recente, a mobilidade humana, no sentido de deslocamento, não é um fato novo, visto que sempre ocorreram sobre o globo e de força contínua. Desde os aglomerados mais antigos às cidades mais recentes, a mobilidade humana tem sido uma característica permanente, embora em cada período histórico contenha especificidades mediadas pelos avanços técnicos e formas de organização socioespacial. Munford (2004) caracteriza os primeiros aglomerados humanos como aqueles que se agitam entre dois polos: “movimento e repouso” (p.11), sendo que neste momento as mobilidades são muito restritas e condicionadas pelas condições naturais e de sobrevivência dos povos no espaço. O desenvolvimento das técnicas e com a sua conseqüente complexidade permitiu a

---

<sup>3</sup> “O estudo das mobilidades espaciais permite à Geografia abordar duas questões maiores, estreitamente ligadas. A primeira permite ultrapassar a evidente heterogeneidade do tema, levantando a hipótese de que além da diversidade das formas de mobilidade, existe um ‘sistemas de mobilidades’ que deve ser estudado como tal. A segunda questão repousa sobre outra constatação de base: o vocabulário de que dispomos para qualificar a variedade das práticas sociais da mobilidade está obsoleto”. (Tradução nossa).

ampliação da capacidade dos deslocamentos humanos, que se intensificaram no período mais recente.

Convém reforçar a noção de que a mobilidade não se restringe apenas ao deslocamento espacial das pessoas, contudo não é possível ignorar que a mobilidade do trabalho implica, de certa forma, deslocamento, porém numa concepção marxista, ela é mais do que isso, pois interessa entender de que modo as formas de desenvolvimento do capital interferem nessa relação.

Gaudemar (1979), autor marxista fundamental para o entendimento da mobilidade da força de trabalho<sup>4</sup> à luz do capitalismo, expõe uma particularidade importante no entendimento da mobilidade da força do trabalho como característica intrínseca ao ser humano, que é a sua capacidade de tornar um valor de uso, sua força de trabalho, em valor de troca. É, também, uma característica do trabalhador pôr a força de trabalho em movimento, como condição simples de sua sobrevivência, todavia, no modo de produção capitalista essas condições são capturadas pelos processos econômicos que transformam seu estado ontológico numa condição complexa, ou seja, condição de ser mercadoria, conforme explicitado, a seguir.

A mobilidade da força de trabalho é assim, uma característica do trabalhador submetido ao capital e por essa razão ao modo de produção capitalista. Ela funda a condição de exercício da força de trabalho como mercadoria, distinguindo, assim definitivamente o trabalhador livre, do escravo 'cuja capacidade de trabalho é estável e só se emprega de maneira tradicional e local de uma vez para todas'. (MARX apud GAUDEMAR, 1979, p. 192)<sup>5</sup>.

Prosseguindo em suas formulações, apoiadas em Marx, Guademar assinala que a “submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do capital” (p. 193), e destaca, ainda, a necessidade de o trabalhador se adaptar às mudanças nos postos de trabalho e também em uma cada vez maior divisão do trabalho. Reforçamos com essas premissas a noção de que a mobilidade é uma condição da venda da força de trabalho e que só ocorre no modo de produção capitalista. Completa o autor exprimindo que

---

<sup>4</sup> A mobilidade da força de trabalho muitas vezes, é confundida com a mobilidade do trabalho. Mais uma vez Gaudemar (1979) é seminal, ao esclarecer que a mobilidade da força de trabalho, na leitura marxista, implica a mobilidade de trabalhadores com objetivos de acumulação de capital, seja em sentido positivo ou negativo. Já a mobilidade do trabalho pressupõe a mobilidade do capital, mercadorias e informações no espaço, além da migração de trabalhadores visando à acumulação de capitais. Desse modo, pode haver mobilidade de trabalho (capital, mercadorias e informações), sem necessariamente mobilidade da força de trabalho. Essa distinção entre mobilidade do trabalho e mobilidade da força de trabalho reforça o entendimento da diferença qualitativa entre os dois fenômenos, todavia guardando relações intrínsecas entre eles.

<sup>5</sup> Gaudemar baseou-se no capítulo IV inédito do O Capital.

Foi com o aparecimento do capitalismo que a mobilidade do trabalho na acepção dos modos de produção anteriores, torna-se uma figura genérica da mobilidade da força de trabalho; é o uso da força de trabalho como mercadoria que põe fim à imobilidade do trabalho imposta pela rigidez das estruturas feudais (P. 209).

A mobilidade da força de trabalho se refere à liberdade do trabalhador para vender sua força de trabalho, quando e aonde quiser, a quem ele quer e para os propósitos que lhe convêm. Para o trabalhador, a liberdade, segundo Gaudemar (1977), “possui um sentido positivo e um negativo”. No sentido positivo, a liberdade da força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como um bem particular, ao trabalhador, e dela se pode dispor à vontade. No sentido negativo, o trabalhador dispõe livremente de sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de vendê-la. Quer seja do ponto de vista positivo, quer do negativo, a força de trabalho deve ser móvel e adaptar-se aos deslocamentos e modificações para seu emprego, seja onde for.

A mobilidade da força de trabalho é, assim, vista como exercício de liberdade, ou seja, o trabalhador sujeita-se ao capital e torna-se uma mercadoria, como outra qualquer, cujo consumo criará valor e produzirá mais capital, estando assim relacionado às condições de existência do modo de produção capitalista. A força de trabalho é, portanto fluida porquanto os trabalhadores se movem para onde querem motivados a vender sua força de trabalho.

A falsa liberdade que o trabalhador possui no modo de produção capitalista lhe confere a sensação de liberdade, quando vende a sua força de trabalho, uma mercadoria que garante a sua sobrevivência. A alienação ao trabalho lhe confere o aprisionamento laboral, violando sua autonomia e o tornando dependente na comercialização de sua força de trabalho, reconfigurando sua condição vital, bem como em sua mobilização no espaço.

Harvey (2013) assinala que a dualidade liberdade positiva/negativa da força de trabalho se traduz em maneiras radicalmente diferentes de sua mobilidade geográfica. E completa, exprimindo que

[...] como sujeitos criativos, os trabalhadores perambulam eternamente pelo mundo e procuram escapar das depredações do capital evitando os piores aspectos da exploração, sempre lutando com frequência, com algum sucesso, para melhorar seu destino. O capital precisa se ajustar a esse processo, e na medida em que isso ocorre os trabalhadores moldam tanto a história como a geografia do capitalismo (HARVEY, 2013, p. 486).

Fica evidente, na perspectiva de Harvey, que a força de trabalho é um dos componentes mais importantes dos ajustes espaciais, quando demonstra a relação entre capital

e mobilidade dos trabalhadores. Evidencia ainda outra vertente da mobilidade da força de trabalho: a busca de melhores locais pelos trabalhadores para comercializar a mercadoria que lhe é inerente, usando a sua liberdade para realizar as escolhas de acordo com sua conveniência. Ao mesmo tempo em que o capital (expresso por seus agentes) procura áreas com possibilidades de extração extraordinária de mais-valia, a força de trabalho também peregrina pelo mundo, buscando valorizar a sua mercadoria. Há, pois, um movimento dialético na constituição da história e geografia dos lugares, no âmbito do capitalismo.

Thomaz Jr. (2009), ao se referir à mobilidade humana sobre o Globo no período mais recente de expansão capitalista, considera que

[...] a mobilidade, a migração do capital e do trabalho está reconfigurando as espacialidades da economia global, os perfis, conteúdos e subjetividades dos homens e mulheres que trabalham, mas sua atualidade está na transformação das identidades sociais, em particular devido às mudanças provocadas pela ênfase na informação e no conhecimento, diferentemente do que predominava até então, quando o centro geográfico da economia se assentava nas matérias-primas e bens de capital. (p. 84).

Como aponta o autor na citação, a mobilidade do capital e do trabalho reconfigura as espacialidades, todavia, as mudanças relacionadas ao estágio mais recente do processo de globalização estão requalificando os seus conteúdos, quando a informação e o conhecimento são fatores que deslocam o centro geográfico econômico relacionado, até então, a outros fatores, como matérias-primas e bens de capital. Nesse sentido faz-se importante compreender os conteúdos da mobilidade do trabalho nos territórios e as mudanças decorrentes desse fenômeno e seu alcance espacial.

## **Considerações Finais**

A crise dos anos 1970 relacionada à decadência das taxas de lucro, sobretudo nos países centrais, é um importante marco da história do capitalismo global para compreendermos os processos mais recentes relacionados à força de trabalho. É nesse momento, precisamente nos últimos 30 anos, que processos políticos e sociais mundiais, como o neoliberalismo e a acumulação flexível, provocam importantes desdobramentos políticos, econômicos e sociais no espaço brasileiro, sendo a reestruturação produtiva considerada a maior expressão da referida crise, pois novas condições tiveram que ser impostas para garantir a acumulação.

As forças produtivas tiveram que gradualmente se adaptar às novas situações desse período, tendo que superar, dentre outros desafios, barreiras impostas para a acumulação com vistas a adquirir maior fluidez, como uma condição especial na sua mobilidade. A

mobilidade fica assim subordinada aos movimentos e constantes expansões geográficas de capital que se materializam no espaço, imprimindo novas configurações espaciais relacionadas a um novo ciclo de acumulação.

Podemos salientar, nesse momento, que a força de trabalho está mais subordinada aos ditames do capital, quando sua essência é elevada à condição de uma mera mercadoria no capitalismo, minando cada vez mais o seu sentido ontológico. A subordinação do trabalho ao capital reduz cada vez mais a força de trabalho à condição de mercadoria, sendo necessário compreendermos os desdobramentos do movimento econômico e político mais geral do capital sobre o espaço e como este se particulariza nos lugares, especialmente nas cidades, onde sua concentração e centralização ocorrem com maior intensidade.

## Referencias Bibliográficas

AMORA, Z. B. ; GUERRA, Eliana Costa . **Mobilidades: Por uma Releitura do Urbano na Contemporaneidade.**. In: IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana: Cidades, Territorialidades, Sustentabilidade e Demandas Sociais, 2005, Manaus. Anais do IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho.** *Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.* [2ª edição, 10ª reimpressão revisada e ampliada]. São Paulo: Boitempo, 2009.

ENGELS, Frederick. Sobre o papel da transformação do macaco em homem in ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho.** Expressão Popular, 2004.

GAUDEMAR. Jean-Paul de. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital.** Tradução: Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Ed. Estampa, 1979.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Os limites do capital.** Tradução de Magda Lopes. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

KNAFOU. Rémy. **La planète nomade.** Paris: Editions de Lie, 1998.

LEVY, J. **Os Novos Espaços da Mobilidade.** Revista GEOgraphia, América do Norte, 3, set. 2009. Disponível em <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/62/60>.

LUKACS, Gyorgy. **Para um ontologia do ser social 2.** Tradução: Nélío Scheneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013

MARX. Karl. **Capítulo VI. Inédito de O capital:** resultados do processo de produção imediata. Preparação dos originais: Joaquim José de Faria e Maria Clara de Faria. Editora Moraes: São Paulo, 1985.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. – 1ª edição revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história: sua origens, transformações e perspectivas**. Tradução: Neil R. da Silva. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004.

THOMAZ, JUNIOR. Antonio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI** (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). Tese de Livre docência. São Paulo. [s.n.], 2009.